

A NOVA FASE DO PROBLEMA DA IRLANDA*

*JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI***

Parece que o velho problema da Irlanda entra finalmente em sua fase decisiva. Lloyd George¹ põe em jogo, nestes momentos, toda sua inteligente sagacidade, para firmar um acordo transnacional com De Valera, líder irlandês. E também De Valera mostra-se desejoso de encontrar um modo de conciliação das aspirações irlandesas com as necessidades da política britânica.

Porém para uma solução não basta a boa vontade pessoal dos representantes da Inglaterra e Irlanda. E é, aliás, muito complicado. Não é difícil somente um acordo entre Inglaterra e Irlanda. É difícil também um acordo da opinião pública inglesa.

Uma parte da opinião pública inglesa, que precisamente está numerosamente representada na zona política de Lloyd George, é hostil a autonomia da Irlanda. Entre as razões novas de sua hostilidade a autonomia apresenta esta: a que permitiria aos cidadãos da Irlanda criar uma situação tributária privilegiada e subtrair as cargas econômicas que pesam sobre os demais cidadãos do Reino Unido a consequência do déficit financeiro.

Os principais defensores da autonomia irlandesa encontra-se no campo opositor ao "premier" Asquith, o líder liberal, que foi o patrocinador da "home rule", - a autonomia que o Parlamento britânico fez possível, há alguns anos, conceder a Irlanda e que a Irlanda a rechaçou como algo bastante inferior a suas aspirações mínimas -, é hoje o patrocinador de uma fórmula mais ampla de autonomia.

Lloyd George acha assim, em seu próprio campo parlamentar e não no inimigo, as maiores resistências a excessivas concessões à Irlanda.

Porém isto não é o substancial no problema. O substancial é que as aspirações irlandesas, ao menos em sua forma, não admitem redução e que, por conseguinte, não podem ser aceitas pela Inglaterra. Irlanda aspira não a sua autonomia, senão a sua independência, a sua independência absoluta. E a Inglaterra apenas está disposta a conceder-lhe a autonomia, que tanto lhe há negado sempre e que, como acabamos de ver, uma parte da opinião inglesa ainda agora quer condicionada e restrita.

* MARIÁTEGUI, J.C. Nueva faz del problema de Irlanda In: Cartas de Italia 11 ed. Lima: Amauta 1991. 267pp. 183-6 (Ediciones populares de las obras completas de José Carlos Mariátegui) Texto escrito por José Carlos Mariátegui em Roma agosto de 1921; e publicado em El Tiempo, Lima 30 de outubro de 1921.

** Tradução do professor Vagner Gomes de Souza, secretário da *IGS Brasil* - Sociedade Gramsci. Revisão Renata Bastos da Silva, mestrandia do curso de História da UNESP - Campus de Franca.

A Irlanda é demasiada contígua da Inglaterra para que ela lhe permita ser livre sem taxaões. Uma Irlanda independente seria um perigo para a política internacional da Grã-Bretanha. Mas, todavia. Nestes tempos de imperialismo e militarismo, seria um perigo para a segurança do território inglês.

Passemos a outro aspecto do problema: a pregação da impossibilidade de convivência da Irlanda católica e a Irlanda protestante dentro de um estado autônomo.

A Inglaterra tem feito da vontade da Irlanda protestante - oposta ao separatismo da Irlanda católica e partidária da manutenção da união com a Inglaterra - seu mais valioso argumento contra a independência irlandesa. A Inglaterra tem falado muito de seu dever de tutelar os direitos desta minoria, na qual tem assinalado, ao mesmo tempo, o núcleo mais progressista e adiantado da população da Irlanda.

Mas segundo os "sinn feiner", trata-se, em verdade, de um "bluff" inglês. A população de Ulster constitui uma pequena minoria. A Inglaterra entretanto, por uma parte, tem estimulado a esta minoria a uma intransigente resistência a vontade do resto da Irlanda, por outra parte a tem apresentado aos olhos do mundo como um setor considerável irreduzível da opinião irlandesa. Numa palavra, Inglaterra tem inflado o problema de Ulster. E tem difundido no mundo uma impressão equivocada a respeito dele. Seus enormes meios de propaganda tem-lo feito.

A autonomia concedida pela Inglaterra a Irlanda - o "home rule" - , promulgada e estabelecida contra a vontade da Irlanda, está inspirada neste exagero internacional da questão de Ulster. Dita fórmula de autonomia

preocupa-se mais dos direitos da minoria de Ulster que dos direitos da maioria da ilha. E cria dentro do Estado irlandês um Ulster maior do Ulster verdadeiro. Anexa ao território de Ulster diversos territórios da população separatista.

Agora bem. O resultado eleitoral desta delimitação de Ulster - a eleição de numerosos separatistas como membros do parlamento ulsteriano - é indicado pelos "sinn feinner" como uma prova de que a minoria protestante e unionista da Irlanda é muito menos importante do que a Inglaterra pretende.

Aliás, este resultado eleitoral faz do problema irlandês um curioso problema concêntrico. Irlanda não quer depender da Inglaterra. E, dentro da Irlanda, há uma fração rebelde - Ulster - que não quer depender da Irlanda senão da Inglaterra. E, por sua vez, dentro de Ulster há uma fração rebelde que não quer depender de Ulster senão da Irlanda.

Como se pode solucionar este enredo? Muito simplesmente - respondem os "sinn feinner"- , deixando que nos entendamos livre e diretamente como os unionistas de Ulster. Desprovidos de respaldo britânico, os unionistas seriam mais razoáveis. Compreenderiam a necessidade de uma convivência cordial com a maioria irlandesa. E limitariam suas exigências. Porém resolvida a questão de Ulster, surge a questão fundamental. Comprova-se então que o problema não consiste na divergência entre os separatistas e os unionistas senão na incompatibilidade da independência da Irlanda como os interesses da Inglaterra.

Inglaterra, retificando seus antigos pontos de vista, acaba de declarar-se resolvida a

conceder a Irlanda a mesma autonomia do Canadá, Austrália e outros domínios. Porém a Irlanda não se conforma em ser um domínio. Insiste em ser uma nação livre e independente.

Pode-se prever, sem dúvida, que a urgência de por fim a uma luta truculenta, induza a Inglaterra e Irlanda a buscar um temperamento de negociação. A última resposta de De Valera a Lloyd George é, no fundo, conciliadora. Contém a declaração de que a Irlanda pode aceitar unir-se a Inglaterra, porém a condição de que sua união seja livre e voluntária, isto é de que se reconheça antes sua independência.

Por esta via a controvérsia principal entre Inglaterra e Irlanda poderia reduzir-se a uma questão de forma. Inglaterra não teria inconveniente em ceder. Irlanda seria livre por fim. Livre e independente. Mas não poderia usar de sua liberdade e de sua independência senão para unir-se de novo a Inglaterra.

¹ Político inglês do Partido Liberal. Primeiro Ministro em 1916, governou a Inglaterra durante a Primeira Guerra Mundial. Defendeu habilmente os interesses ingleses na Conferência de Paz de Versalhes.